

A EXPANSÃO, A DIVERSIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS PROCESSOS DE [IN]EXCLUSÃO DAS CAMADAS POPULARES

THE EXPANSION AND DIVERSIFICATION OF HIGHER EDUCATION
AND PROCESSES [IN] THE EXCLUSION OF GRASSROOTS STRUGGLE

Edineide Jezine¹

RESUMO

O texto analisa as políticas públicas de educação superior no Brasil no contexto da globalização, focando a expansão e a diversificação das instituições de educação superior e os processos de [in]exclusão das camadas populares em meio às lutas pelo acesso e democratização nesta modalidade de educação. Caracteriza as lutas pelo acesso a educação superior como históricas, explicitando as influências das políticas neoliberais, dos organismos internacionais de financiamento no contexto da sociedade do capital em que os marcos são a reforma do estado e a LDB nº 9.394/96 que classifica as instituições de ensino superior por funções favorecendo a expansão do setor privado. Essa premissa é constatada a partir da análise dos dados do Censo da Educação Superior - Brasil, Nordeste e Paraíba - no período de 1996-2006 em que se demonstra a expansão da educação superior pela via de instituições isoladas de ensino do setor privado em contradição ao modelo universitário público.

Palavras Chaves: Educação Superior. Acesso e democratização. Inclusão-exclusão.

INTRODUÇÃO

O debate acerca da democratização da educação superior no Brasil possui a marca da disputa entre as classes hegemônicas que exercem o controle social, econômico-político e as camadas populares da sociedade civil, que, organizadas, lutam pelo acesso a esse tipo de educação.

A educação superior brasileira formada a partir de instituições isoladas, historicamente, destinou-se ao atendimento dos interesses de uma dada classe social, seja para a confirmação do *status* social ou para a profissionalização de quadros que atendessem aos interesses do capital que outrora se estabelecia. De modo que às classes populares são destinadas formas de instrução mínima que encaminham ao trabalho, tornando nítidas as polaridades entre alta cultura-cultura popular; teoria-prática; educação-trabalho (SANTOS, 1995).

¹ Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba como atuação no ensino, pesquisa e extensão. E-mail: edjezine@gmail.com

A alta cultura volta-se à formação do sujeito, à produção da teoria do conhecimento científico, à busca da verdade e avanço das ciências, constitui o fundamento da educação superior, representada pelas universidades, *locus* privilegiado do ideário modernista, caracterizado como um espaço burocrático, elitista que impulsiona a liberdade para raros iluminados capazes de desenvolver investigação sob a lógica racionalista do método. Opõe-se à cultura popular, considerada como cultura-objeto, própria das atividades práticas, do senso comum, da *doxa*, não produzindo conhecimento cientificamente elaborado e comprovado. De modo que nesse conjunto de formulações preceituais se fixa a ideia divisória entre saber-poder.

As dicotomias postas passam a significar as rupturas de concepções e mundo, dissociáveis e incomunicáveis, gerando conflitos, contradições, lutas e divergência de interesses, necessidades entre classes, grupos e pessoas. A teoria crítica analisa a educação à luz das problemáticas do capitalismo, compreendendo-a como um conteúdo ideológico, de ideias e atitudes predeterminadas, fundamentadas no princípio que as “ideias dominantes” num determinado momento histórico são as “ideias das classes dominantes”, ditadas pelos objetivos sociopolíticos, pelos interesses econômicos e pela visão de mundo de uma dada classe fundamental, (MARX e ENGELS, 1993, p. 72). Partindo desta perspectiva, a educação, e em especial, a superior, se constitui elemento de disputa de poder, que se expressa a partir das lutas sociais e das formulações das políticas, modeladas de acordo com os interesses de diferentes atores, em cada época.

A premissa de que o acesso à educação superior pode oferecer benefícios, na sociedade pós-moderna continua promovendo disputas/confrontos entre classes sociais. Sob este enfoque, o texto analisa o processo de expansão da educação superior no Brasil, no contexto da relação público-privado e das políticas públicas de acesso e democratização, buscando apontar os processos de [in]exclusão das camadas populares que se gestam frente aos modelos institucionais em expansão.

Tendo como ponto de partida esse objetivo, o texto apresenta uma breve retrospectiva histórica sobre as lutas das camadas populares por educação superior, caracterizando-as como um processo histórico. Em seguida apresenta as proposições das políticas neoliberais no contexto da sociedade do capital, da

reforma do estado e da reforma universitária brasileira guiada pelos organismos internacionais de financiamento. Por último, a partir da análise dos dados do Censo da Educação Superior - Brasil, Nordeste e Paraíba - no período de 1996-2006. Assim, busca-se demonstrar o processo de expansão e diversificação das Instituições de Ensino Superior (IES) e o favorecimento do setor privado que culminam em outros processos de exclusão.

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O MOVIMENTO DE ACESSO E DEMOCRATIZAÇÃO

Na arena da disputa social da relação capital-trabalho e saber-poder, a educação, através de suas instituições sociais, passa a exercer importante papel, na garantia dos processos hegemônicos, constituindo-se em instrumento de luta, de mediação e reequilíbrio do sistema social.

O pós-guerra vai gerar mudanças na forma de ver e pensar as relações humanas, econômicas, sociais e políticas, dividindo o mundo entre socialismo e capitalismo, impondo aos países periféricos a superação do atraso cultural. A América Latina, recém-independente, vai se inspirar no modelo revolucionário dos países socialistas, na busca da emancipação, do progresso e da modernização. A alternativa é a criação de uma ampla frente popular aliada à pequena-burguesia, sob inspiração de Lênin, Marx e a guerrilha dos libertadores históricos de Bolívar ao José Martí, “[...] Cuba passou a estimular a insurreição continental, exortada por Che Guevara, o defensor da revolução latino-americana [...]” (HOBSBAWM 1995, p. 428), contra o imperialismo americano. Contudo, o poder revolucionário é refreado, culminando em uma série de investidas ditatoriais e militares. No Brasil a referência é o golpe militar de 1964.

Deste período revolucionário, importa ressaltar a influência que teve o movimento estudantil na politização de uma geração de estudantes que buscavam operacionalizar uma sociedade democrática, a partir da luta pelo acesso à educação. Tendo como referência a Carta de Córdoba (1918), os estudantes passaram a exigir reformas na educação superior em defesa da quebra do elitismo, da modernização de investimento no ensino, pesquisa e extensão, bem como o acesso das classes populares às universidades.

Os movimentos de estudantes que eclodiram no velho mundo atingem os chamados países em desenvolvimento que se mobilizam na luta pela educação,

frente às desigualdades de acesso à educação superior na América Latina, de modo que é possível perceber no período de 1960 a 1980, o início de um intenso processo de expansão. Segundo Trindade (2003, p. 165-6), nesse processo dois traços são considerados marcantes, a massificação, com o crescimento das matrículas no ensino superior e a privatização, representada pela generalizada expansão das instituições privadas. Pode-se afirmar que na América Latina, até 1950, o acesso à universidade era fortemente elitizado, pois os dados elaborados por Bunner, (apud TRINDADE, 2003, p. 165) indicam que em 13 dos 20 países, a taxa bruta de escolarização universitária não atingia 2% (entre eles o Brasil, Colômbia, Chile e México), enquanto que a taxa mais alta não ultrapassava a 6% (Argentina, Uruguai e Cuba). Em 1986, atinge-se 6 milhões de estudantes e a taxa bruta de escolarização passa de 3% em 1980 para 15% em 1985. Em alguns países, a taxa é superior a 20% (Argentina, Equador, Costa Rica e Venezuela); em outros fica entre 15 e 20% (Peru, Uruguai e Chile), e, as taxas mais baixas entre 10 e 20% encontravam-se na Bolívia, Brasil, Colômbia e México.

O atendimento à expansão do sistema universitário brasileiro deu-se por atos do governo sob a forma de aglomerado de escolas, denominada por Teixeira (1988, p. 111) como um caso espantoso de charlatanismo e demagogia, pois se multiplicava instituições que deveriam passar por profundas reformas. No período do regime militar a ênfase à expansão continua a partir das instituições isoladas de ensino sob a predominância do modelo napoleônico de faculdades, representando uma solução aos custos financeiros e ao atendimento das demandas profissionais geradas pelo emergente desenvolvimento capitalista.

A reforma universitária (Lei nº 5.540/68) corrobora para a expansão do ensino superior de graduação via o setor privado e o favorecimento do programa de bolsas de pós-graduação no país e no exterior, bolsas de iniciação científica, através dos recursos oferecidos pelas agências financiadoras de pesquisa (CAPES, CNPq, FNDCT e FINEP)² e pelo Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, criando, desta feita, a hierarquização na formação e na produção

² CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos.

do saber através da expansão da graduação pela via da privatização e a elitização na pós-graduação pelo setor público.

A crítica à centralidade do estado e das políticas de educação superior se acentua na década de 80, que traz a marca do processo de redemocratização das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, a participação cidadã a partir da emergência dos movimentos em defesa dos princípios da democracia, autonomia das universidades e educação superior pública e gratuita. Contudo, o ensino privado continuava a se expandir, pois dos 1,5 milhões de estudantes universitários matriculados em cursos superiores no país, destes, cerca de 900 mil encontravam-se em instituições particulares, fazendo crescer o debate da democratização, autonomia e avaliação universitária, incorporado pelo discurso do neoliberalismo na década seguinte.

AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E AS ESTRATÉGIAS PARA A EXPANSÃO

O desenvolvimento do capitalismo, da ciência e da tecnologia emergiu em meio aos conflitos entre as forças produtivas da sociedade e as relações de produção existentes. Contudo, não se construiu um sistema igualitário de oportunidades, como ensejavam os movimentos libertários, revolucionários ou mesmo democráticos. A queda do muro de Berlim (1989) representou a dissolução dos regimes comunistas e dos ideais revolucionários, a explosão da economia globalizada mundializou as estruturas do capital financeiro por meio de organismos multilaterais. O Estado-providência, que na América Latina pouco foi exercitado, passou a ser questionado em sua estrutura e formação política-ideológica, ressaltado em suas deficiências e ineficácias devido à ausência de concorrência, favorecendo a concepção reguladora traduzida na privatização das políticas sociais.

Tais mudanças marcam a década de 90, sob o auspício do projeto político neoliberal de estado e de economia, exigindo reformas tanto do Estado como das suas instituições, dentre elas as de educação superior. A reforma do estado brasileiro, iniciada no Governo Collor acontece sob a referência do modelo econômico-político traçado no Consenso de Washington, que definiu uma série de medidas pautadas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público, na proclamação da

superioridade do setor privado e nas políticas de ajuste neoliberais que promovem a redefinição das esferas pública e privada, com ampliação para o setor privado. Tais medidas se traduzem na redução do tamanho do estado a partir da eliminação dos direitos sociais e trabalhistas outrora conquistados pelas organizações civis, sociais e políticas, a favor dos mercados livres e da economia globalizada.

As reformas do Estado e implementação dos princípios das políticas neoliberais vêm ocorrendo comprometida com as propostas dos organismos internacionais. No documento *La Enseñanza Superior. Las lecciones derivadas de La experiencia* é possível destacar as orientações para diversificação das fontes de financiamento; a vinculação das instituições de educação superior com as demandas do mercado; a relação com o sistema produtivo; a seletividade no acesso; expansão do setor privado; controle do mercado, regulação e avaliação por parte do Estado, induzindo a mercantilização e privatização interna das instituições públicas brasileiras. Contribuem para “naturalizar” a exploração capitalista e aumentar a pobreza, a marginalização e as desigualdades sociais, que afetam as formas de estar no mundo, pois para o Banco Mundial (1997), os indicadores de medição da riqueza se relacionam ao “paradigma de desenvolvimento econômico”, em que os elementos constitutivos são os recursos naturais, patrimônio produzido e recursos humanos, transformando assim a natureza e as pessoas em capital.

As estratégias do Banco Mundial para a problemática da expansão e acesso à educação superior na América Latina, e especificamente no Brasil, principalmente para o atendimento das classes populares, tem sido duas: a indicação do fim da gratuidade na universidade pública e a implantação do sistema compensatório de bolsas, através de políticas governamentais privilegiando o sistema privado. A estratégia para o atendimento das recomendações das agências multinacionais é a negociação da dívida externa sob a política de ajuste econômico, privatizações e reforma do estado diferencia os modelos de universidade institucional da pesquisa e do ensino, a partir de mecanismos internos de avaliação, produtividade, carreira e salários. Junto às ações de financiamento dos organismos internacionais consolida-se o processo de gerenciamento dos objetivos da educação, que no contexto de políticas neoliberais deve atender às necessidades mercadológicas.

Embora o sistema de educação superior brasileiro tenha apresentado uma modernização e qualificação do setor nos anos 1970 e 1980, não atingiu as camadas populares, ao contrário tornou-se uma modalidade elitista, destinada às pequenas parcelas da sociedade que diferencia formas de pensar e fazer, fomentando o quadro de exclusão próprio do sistema capitalista.

O acesso a esse nível de ensino torna-se cada vez mais distante dos sonhos dos que advém das classes populares, pelas condições sociais de existências e pelos processos internos de exclusão que ocorrem em vários níveis de ensino, conforme revelam as taxas de escolarização. No ano de 2004, a taxa bruta de escolarização da educação superior era de 18,6% e a líquida de 10,5%, ao se comparar com as taxas do ensino fundamental de 117% como taxa de escolarização bruta e líquida de 81,4%; e do ensino médio de 93,8% e 44,4%, respectivamente, é possível verificar o afunilamento que sofre a educação superior no país, constituindo um grande desafio à sociedade civil organizada e ao estado a garantia do acesso e permanência das classes populares a esta modalidade de educação.

A POLÍTICA DE [EX]INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Os princípios políticos do neoliberalismo e os indicadores de qualidade do Banco Mundial passam a ser adotados no Governo Fernando Henrique e estendem-se ao governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva que continua com o propósito de expandir a educação superior implementando as políticas públicas sociais sob o enfoque da privatização. Dentre os setores sociais afetados pelo projeto neoliberal destaca-se a educação superior a partir do privilégio do setor privado com financiamentos vantajosos, isenções fiscais e previdenciárias além de outros benefícios, como dotação de recursos a fundo perdido, que propiciam sua rápida expansão (TRINDADE, 2003, p. 173).

Dentre as estratégias de desvalorização do setor público, desdobradas em políticas educacionais para a educação superior, destacam-se os processos avaliativos com a Lei nº. 9.113/95 que criou o Conselho Nacional de Educação e o Exame Nacional de Cursos – PROVÃO, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96; e, mais recentemente, a Lei nº 10.861 de 14/04/2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Para a execução destas políticas, o Estado torna-se gestor

e avaliador, pois fixa os parâmetros da qualidade em um processo de articulação política, utilizando os resultados da avaliação para sanção ou premiação, como indica a lógica da competitividade do mercado.

Esses instrumentos legais dotam a avaliação como um processo classificatório, pois passam a estabelecer *rankings* nacionais entre instituições a partir da atribuição de conceitos conforme o desempenho dos alunos nos exames nacionais, e sob esses critérios conduzem a competição do mercado educacional que, ao definir competências, ressignifica conteúdos e compromete a autonomia didático-pedagógica conquistada e assegurada pela Lei. Assim, em atendimento às exigências postas pelas políticas de avaliação, as IES devem preocupar-se com a redefinição do seu papel social; a contribuição do seu produto para o desenvolvimento do país; a flexibilização de cursos, currículos e programas em atendimento às necessidades do mercado; a expansão de curso e vagas em outros turnos e modalidades em virtude da pressão social, além disso, com a prestação de serviços à sociedade como alternativa de financiamento.

Neste sentido, as políticas públicas de atendimento às demandas sociais, geradas pela falta de acesso à educação superior e necessidades de qualificação rápida para o mercado, têm adotado dois caminhos: a) a expansão das instituições privadas via liberalização dos serviços educacionais, isenção tributária e previdenciária das instituições filantrópicas, do salário educação e bolsa de estudo para alunos carentes através do Programa de Financiamento Estudantil (FIES); empréstimos a juros baixos pelo Banco de Desenvolvimento Econômico-Social (BNDES) e o Programa Universidade para Todos (ProUNI); b) privatização das instituições públicas por meios de mecanismos privatistas como as fundações de direito privado, cobranças de taxas e mensalidades dos cursos de pós-graduação, corte de verbas para a infraestrutura e cobranças pelas prestações de serviços, dentre outros.

O resultado da expansão do setor privado torna-se visível a partir da análise dos dados do Censo da Educação Superior - Brasil, Nordeste e Paraíba - no período de 1996-2006 que revelam a dimensão da expansão das instituições privadas de ensino, bem como a exclusão das camadas populares deste tipo de educação. No ano de 1996, o Brasil contava com 922 Instituições de ensino

superior, em 2004 esse quantitativo passa para 2.013, e para 2.270 em 2006, demonstrando a continuidade de crescimento do setor.

Ao se analisar a distribuição desses quantitativos de crescimento por setor público e privado, observa-se uma extraordinária expansão de 151,6% no setor privado, contra 6,2% do setor público, no período compreendido entre 1996-2004. O setor privado no ano de 1996 registrava o quantitativo de 711 IES, passando para 1.789 em 2004 e para 2.022 em 2006. Por outro lado, o setor público tem demonstrado um lento ritmo de crescimento, pois em 1996 contava com 211 IES, passando para 224 em 2004 e 248 IES em 2006, de forma que é possível pensar que o acesso das camadas populares, mesmo com todo esse aumento de instituições, ainda é uma dificuldade, considerando as condições econômicas concretas de existências da população brasileira, o que também se constitui um desafio aos que pensam as políticas públicas de educação.

Esses dados de crescimento do setor privado na educação superior tornam-se surpreendentes quando analisados no contexto da região Nordeste. Uma região historicamente castigada pelas intempéries da natureza e descaso das políticas de ajuste social, marginalizada pelos incipientes investimentos em seu desenvolvimento econômico, com baixo índice de desenvolvimento humano e com uma taxa de escolarização bruta na educação superior de 11,1% e líquida de 5,9%, considerando a população de 4.987.615, na faixa etária de 20 a 24 (IBGE, 2004). Ao se constatar a concentração das IES no setor privado, observa-se que o Nordeste segue o mesmo ritmo de expansão que o Brasil, constando um crescimento no período de 1996-2004 de 405,3% neste setor, enquanto o público cresce apenas 40%.

No Nordeste, o número de instituições no setor privado de 57 em 1996 passa para 288 em 2004, chegando em 2006 com o quantitativo de 349 IES. Enquanto o setor público passa de 40 IES para 56, em 2004, com um quantitativo de 63 em 2006, demonstrando uma grande diferença entre os setores. De onde se questiona a capacidade de manutenção econômica desse sistema frente à condição de pobreza da região.

Dos estados do Nordeste, para exemplificar processos de exclusão, utilizaremos os dados da educação superior do estado da Paraíba que se caracteriza com um dos estados mais pobres da região, apresentando altos índices de desigualdades sociais, situação de pobreza e exclusão. Os dados do

IBGE, 2004 revelam que a taxa de escolarização das pessoas com 25 anos chega em torno 4,9% enquanto a média do Brasil fica em torno de 5,7%. Quanto à expansão da educação superior no Estado, observa-se a continuidade da política de privatização do Brasil, Nordeste, apresentando um crescimento do setor privado de 300%. O setor público em 1996 apresentava 02 IES, chegando em 2006, com 04, enquanto consta no setor privado de 06 IES em 1996, mantendo-se em 28 no ano de 2006, demonstrando assim a discrepância entre os setores.

Embora, historicamente, o atendimento ao acesso à educação superior, venha acontecendo pela via da privatização, com a criação de instituições isoladas de ensino é a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei. N° 9.394/96 que a expansão do setor privado torna-se desproporcional ao setor público. Atribui-se ao fato as diretrizes políticas traçadas nesta Lei, constata-se do art. 45° que indica que a educação superior será ministrada por instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização, cujos parâmetros são definidos pelo Decreto Lei n° 3.860, de 09/Julho/2001, que no seu art. 7° estabelece uma nova organização para as IES, quais sejam: I – Universidades, II Centros Universitários e III Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos ou Escolas Superiores. E define, no art. 8° em consonância com os artigos 52°, 53° e 54° da LDB, que as atividades de ensino, pesquisa e extensão destinam-se às universidades, diferenciando-as das IES que se dedicam especialmente ao ensino e eventualmente à extensão. Assim, ao estabelecer a diversificação de instituições favorece a hierarquização não apenas das próprias Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), mas da educação superior do país. De um lado, as universidades de excelência, em sua maioria pública, que fazem pesquisa e produzem conhecimentos, para alguns poucos privilegiados, e uma vasta rede de ensino superior privada acrescida de algumas instituições de ensino superior públicas, para o atendimento de outras demandas, conforme modelo pragmático de IES isoladas.

Os dados analisados demonstram, no período pós-LDB, a concretização da manutenção do ensino estatal público e gratuito e a expansão do ensino superior privado, em conformidade com as proposições das agências internacionais de que é preciso diversificar as fontes de financiamento; promover

mudanças institucionais importantes e a eficiência dessas instituições; remover obstáculos impostos pela regulamentação estatal; fortalecer a prestação de serviços e efetivar um currículo para que a universidade se torne compatível como o mercado.

De modo que ao se analisar a distribuição das IES por organizações acadêmicas, o tipo de organização acadêmica que mais cresceu foram as Faculdades, Escolas e Institutos Superiores. No período 1996-2004, o percentual de crescimento desta instituição foi de 129,2%, no Brasil, 363,9% no Nordeste e 300% na Paraíba. Enquanto as Universidades tiveram o tímido crescimento de 24,3%, no Brasil, 15,7% no Nordeste e 50% na Paraíba. Contudo, vale ressaltar que as universidades deste estado permanecem com o mesmo quantitativo em 2006 e concentram-se no setor público. E ainda, que a expansão desse tipo de organização acadêmica, na Paraíba, refere-se à passagem do quantitativo de 02 IES para 03 a partir do desmembramento dos campi da Universidade Federal da Paraíba, transformando-se em Universidade Federal de Campina Grande, o que não representa um real crescimento, como se pode perceber pelos dados da tabela abaixo.

Tabela 01 – IES por organização acadêmica. Brasil, Nordeste, Paraíba- 1996-2004.

	Organização Acadêmica	1996	2004	1996/2004 %
	Universidade	136	169	24,3
	Centros Universitários.	0	107	-
	Faculdades Integradas	143	119	-16,8
	F. E. I. Superiores	643	1.474	129,2
	C. E. Tecnológica e Faculdades de Tecnologias	0	144	-
	Universidade	26	30	15,4
	Centros Universitários.	0	3	-
	Faculdades Integradas	10	8	-20,0
	F. E. I. Superiores	61	283	363,9
	C. E. Tecnológica e Faculdades de Tecnologias	0	20	-
	Universidade	2	3	50,0
	C.Universitários.	0	1	-
	F. Integradas	1	1	0,0

	F. E. I. Superiores	5	20	300,0
	C.E.Tec e F.Tec	0	3	-

Fonte: Censo da Educação Superior 2004. MEC/Inep/Deaes.

Nesta análise, merece destaque a expansão dos Centros de Educação Tecnológica e as Faculdades de Tecnologia que no período de 1996 não apresentavam números, registrando-se em 2004 a quantidade de 144 novas instituições no Brasil, 20 no Nordeste e 03 na Paraíba. Quantitativo que vem aumentando, pois os dados do Censo Educacional (INEP, 2006) revelam a existência de 208 CEFET's no Brasil, 32 no Nordeste e 05 na Paraíba, o que nos conduz à inferência de que o ensino tecnológico, como proposta de formação técnica, vem ganhado novas expressões aliadas aos interesses pontuais da sociedade do capital, que na atual conjuntura alimenta a concepção liberal-pragmática dos investidores internacionais.

Consustancia esta proposta o Projeto de Lei Orgânica da Educação Profissional e Tecnológica, viabilizada pelo Decreto nº 5.154/2004, que regulamenta a oferta de educação profissional tecnológica de graduação e a articulação entre as modalidades de ensino médio e técnico e o Decreto nº 5.225/2004 que elevou os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) à categoria de educação superior como Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET's), de forma que os cursos tecnológicos adquirem *status* de graduação e pós-graduação, com ênfase na educação neoprofissional, pragmática, competitiva, atrelada à economia de mercado em que ganha força a ideia de mestrado profissional, a universidade mercadológica em contraposição à universidade da pesquisa.

E, na lógica da diversificação das instituições tendo em vista o disposto do art. 54º da LDB, destacam-se os Centros Universitários, regulamentados pelo Decreto nº 5.786 de 24 de maio de 2006, que revoga o Decreto nº 4.924 de 11/12/2003 e caracteriza estas instituições como “[...] instituições de ensino superior pluri-curriculares que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico, oferecidas à comunidade escolar [...]”, o que demonstra a ampliação à diversidade de instituições, caracterizando o que Chauí (1999, p. 222) chama de universidade operacional;

Essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas. (CHAUÍ,1999, p. 222)

Diante dos dados pode-se inferir que o sistema de educação superior, em sua estrutura de acesso e excelência na produção do conhecimento, tem se constituído como um processo de exclusão das classes populares, ante as políticas de privatização idealizadas e fomentadas pelo governo FHC, e continuadas com Lula da Silva que favorece a relação público-privado e a crença que o setor privado é eficiente e pode fornecer recursos adicionais para as atividades outrora do estado.

Nesse sentido, a política dos dois últimos governos tem sido harmoniosa com os princípios propostos do neoliberalismo econômico e político. De forma que a expansão do setor privado se expressa em ritmo de crescimento das matrículas de alunos em cursos presenciais de graduação a partir do ano de 1996, como indica tabela seguinte.

Tabela 02 – Número de matrículas em cursos presenciais de Graduação - Brasil, Nordeste, Paraíba - 1991-2006

	Brasil			Nordeste		Paraíba	
	Total	Pública	Privada	pública	Privada	Pública	Privada
1996	1.868.529	735.427	1.133.102	190.277	89.151	28.157	5.827
2004	4.163.733	1.178.328	2.985.405	345.508	334.521	36.044	16.589
2006	4.676.646	1.209.304	3.467.342	356.278	439.862	38.788	23.480

Fonte: Censo da Educação Superior 2004 - 2006. MEC/Inep/Deaes.

Ao se analisar o número de matrículas do setor privado no Brasil, observa-se que no período de 1996 – 2004 o quantitativo mais que dobrou, passando de 1.133.102 para 2.985.405, e continua crescendo, chegando a 3.467.342 em 2006. Do total de matrículas de 4.676.646, no ano de 2004 mais da metade encontra-se no setor privado, com 3.467.342, enquanto o setor público registra 1.209.304, indicando a concentração de matrículas no setor privado, diferenciando-se do Nordeste, que até o ano de 2004 tem a centralidade das matrículas no setor público, mas este quantitativo é ultrapassado em 2006, ficando o setor privado com 239.862 e o setor público com 356.278, com a

diferença de 53.584 matrículas de onde se deduz a continuidade de crescimento do setor.

Na Paraíba, também é perceptível o mesmo fenômeno, pois ocorre uma duplicação das matrículas no período de 1996 – 2004 e um contínuo crescimento nos anos de 2004 – 2006, havendo um aumento de 6.891 matrículas, enquanto no setor público o aumento foi de 2.744 matrículas. Embora todo o processo de expansão do ensino superior se propague via setor privado, a concentração das matrículas no estado da Paraíba mantém-se no setor público, acredita-se pelas condições socioeconômicas da população em pagar os custos do ensino superior privado, o que gera a procura pelas universidades, em geral instituições públicas de qualidade.

Os dados do INEP/MEC 2005 revelam que 73%, das matrículas ainda estão no setor privado. Mesmo assim, é o setor público que concentra maior número de doutores, 39,6% do quadro docente, enquanto as instituições privadas contam com apenas 12,2% deles. Em 2005, o Brasil aumentou em 4.618 o número de docentes doutores, o que representa um crescimento de 7,5%, sendo que 2.618 no setor público. Os dados demonstram que o princípio da excelência na produção do conhecimento previsto pela LDB, através do tipo de organização acadêmica universidade vem se efetivando em paralelo ao crescimento de uma vasta rede de instituições isoladas destinadas apenas ao ensino e aos que não tem acesso às universidades públicas de excelência, que se tornam mais seletivas e excludentes.

Esse fato é visível na análise acerca da distribuição de matrículas por organização acadêmica, pois no ano de 2006, no Brasil, as universidades registram o total 2.510.396 de matrículas contra 1.132.305 da organização acadêmica Faculdades, Escolas e Institutos Superiores. No Nordeste, o quantitativo deste tipo de organização acadêmica é 295.771 matrículas, enquanto nas universidades é de 421.485. E, na Paraíba as universidades, embora minoria, concentram 36.568 de matrículas e as Faculdades, Escolas e Institutos Superiores o quantitativo de 13.849, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 04. Distribuição das Matrículas em cursos de graduação presenciais por organização acadêmica - Brasil, Nordeste, Paraíba - 1996-2006.

	Organização Acadêmica	1996	2004	2006
Brasil	Universidade	1.209.400	2.369.717	2.510.396
	C.Universitários.	0	614.913	727.909
	F. Integradas	245.029	200.695	207.899
	F. E. I.Superiores	414.100	901.976	1.132.305
	C.E.Tec e F.Tec	0	76.432	98.137
Nordeste	Universidade	220.771	401.540	421.485
	C.Universitários.	0	24.878	29.786
	F. Integradas	21.259	25.015	28.817
	F. E. I.Superiores	37.398	214.680	295.771
	C.E.Tec e F.Tec	0	13.916	20.281
	Universidade	28.157	34.822	36.568
Paraíba	C.Universitários	-	6.388	6.239
	F. Integradas	3.690	1.738	2.413
	F. E. I.Superiores	2137	8.350	13.849
	C.E.Tec e F.Tec	-	1.335	3.199

Fonte: Censo da Educação Superior 2004-2006. MEC/Inep/Deaes.

Embora a expansão da educação superior venha ocorrendo a partir do crescimento de Instituições de Educação Superior no setor privado, os indicadores quantitativos de matrícula na organização acadêmica universidades, em sua maioria no setor público, é expressiva em função da demanda contínua de educação superior de qualidade e do modelo público historicamente implantado no Brasil. Contudo, não se pode deixar de se assinalar o crescimento das matrículas no setor privado e no tipo de organização acadêmica isolada, o que remete a um sistema de educação superior flexível e diverso, a favor de instituições universitárias voltadas ao ensino, aos cursos superiores de curta duração como vocação para a formação profissional técnica, destinados às classes populares e aos estados pobres.

De modo que a premissa da exclusão escolar é confirmada ao se discutir o acesso da população na faixa etária considerada ideal, de 18 a 24 anos para esta modalidade de ensino. O Brasil, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNDA, 2004) registra nesta faixa de idade 24.072.318 pessoas, ao relacionar esses dados com a matrícula das IES no mesmo ano, que é 4.163.733, encontra-se um grande excedente de jovens que não conseguem ingressar na educação superior. Esse caos de exclusão escolar é mais acentuado no Nordeste, pois de uma população de 7.173.409, nesta

mesma faixa etária, apenas 680.029 encontram-se matriculados na modalidade de ensino superior. A Paraíba por sua vez, nesta faixa etária registra uma população de 453.613, com uma matrícula de 16.589 nas IES, indicando que a demanda contida deste tipo de ensino não tem sido absorvida, evidenciando a saturação do setor privado de ensino superior como a inadimplência que chega em torno de 30% das matrículas geradas, mediante a condição social da população, que em sua maioria não alcança os custos do ensino pago (AMARAL, 2006).

As alternativas apontadas para a problemática advêm do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que propõe um programa emergencial de apoio ao ensino superior, especialmente às universidades federais e uma reforma universitária mais profunda (BRASIL, 2003), passando pela ampliação do quadro docente sem dedicação exclusiva, a educação a distância e a autonomia universitária financeira.

Tais proposições são atendidas em consonância às exigências de profissionalização rápida e específica do mercado, bem como as demandas da sociedade por ensino superior e a ociosidade de vagas do setor privado, gerando políticas públicas como o Programa de Financiamento Estudantil (FIES); empréstimos a juros baixos pelo Banco de Desenvolvimento Econômico-Social (BNDES) e o Programa Universidade para Todos (ProUNI), a fim de beneficiar estudantes do país com contratos de financiamento estudantil às IES privadas, passando verbas públicas para o pagamento de mensalidades, quando esse financiamento poderia ser direcionado à ampliação do setor das universidades públicas para a contratação de professores, oferecimento de cursos noturnos e ampliação do espaço físico.

Sintetizando, provisoriamente o debate, é possível inferir que a multiplicação das instituições de ensino superior, com vistas ao atendimento das demandas educacionais ocorre pela via da diversificação e expansão do setor privado, conforme prevista pelas agências multilaterais e consolida-se, no Brasil, após a aprovação da LDB. Concretiza a visão economicista de crença no mercado, o governo como gerenciador e a educação como um produto comercial. De modo que, a expansão da educação superior no Brasil, sob a perspectiva da privatização, está na contramão dos interesses das classes populares, que lutam pelo acesso e garantia ao ensino público e gratuito. As

políticas educacionais de inclusão, como os programas de financiamento tornam-se processos de exclusão, pois mesmo com todas as “facilidades” promovidas pelas ações de compensação dos programas de acesso à educação superior como o ProUNI, a realidade socioeconômica da população demonstra a incapacidade desta manter-se em cursos superiores pagos, uma vez que a permanência do aluno não subsiste apenas ao pagamento de mensalidades.

Portanto as demandas por educação, como demonstram os índices de escolarização, são reais e ultrapassam a dimensão das políticas públicas de acesso à escola e à educação em todos os níveis, e não podem ser analisados como fatos isolados do contexto econômico, político, social e cultural em que se inserem os sujeitos.

Assim, vale lembrar que o movimento das classes populares pelo acesso e direito à educação é histórico, remonta à origem das universidades e a própria constituição de classe social, pois inúmeros são os desafios e as tentativas de manipulação do saber para atingir o poder, mas também diversos são os modos de resistência a modelos universitários corroídos pelo capital que cessam a capacidade de acesso e permanência das classes populares em meio à liberdade do pensar e criar.

ABSTRACT

The paper analyzes the public policies of higher education in Brazil in the context of globalization, focusing on the expansion and diversification of higher education institutions and processes [in] the exclusion of grassroots struggle through the for access and democratization in this mode of education. Features struggles for access to higher education as historical, explaining the influence of policies neoliberals, international agencies for funding context of society's capital where the landmarks are reform the state and the LDB No 9394/96 which ranks institutions higher education functions by favoring the expansion of the sector private. This premise is verified from the data analysis Census of Higher Education - Brazil, Paraíba and the Northeast – in period 1996-2006 in which it demonstrates the expansion of education through higher education institutions isolated sector private contradiction to the model public university.

Keywords: Higher education, access and democratization, inclusion-exclusion.

REFERÊNCIAS

AMARAL, N. C. **Limite à expansão do setor privado no Brasil**. Goiânia: Ed. da UFG, 2006. (texto mimeografado).

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL. Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para a reforma da universidade brasileira. Brasília, 2003.

BRASIL. MEC/INEP. **Censo de Educação Superior: 1991-2004**. Brasília: INEP, 2006.

CHAUÍ, M. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, H. **Universidade em ruínas na República dos Professores**. Petrópolis: Vozes: Rio Grande do Sul: CIPEDES, 1999.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1993.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TEIXEIRA, A. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

TRINDADE, H. O discurso da crise e a reforma universitária necessária da universidade brasileira. In: MOLLIS, M. (Org.). **Las universidades em América Latina: ¿Reformadas ou alteradas? La cosmética del poder financiero**. Bueno Aires: Clacso, 2003.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.